

## “Diário de Classe” e Participatório: cidadania e participação de uma juventude conectada<sup>1</sup>

Maximiliano Martin VICENTE<sup>2</sup>

Mayra Fernanda FERREIRA<sup>3</sup>

Vinicius CARRASCO<sup>4</sup>

Universidade Estadual Paulista, Unesp, SP

### Resumo

Este trabalho visa apresentar uma análise crítica a respeito do papel da juventude na sociedade brasileira de modo a contribuir para o exercício de cidadania, considerando o protagonismo dos jovens. Tendo como ponto de partida o “Diário de Classe” da adolescente Isadora Faber e sua defesa pela qualidade da educação no País, pretende-se articular essa ação cidadã com outras iniciativas que se relacionam ao anseio participativo da juventude apontado na Pesquisa Nacional sobre a Juventude Brasileira (2013), como Observatório Participativo da Juventude – o Participatório – que é um espaço virtual interativo para debater pautas e promover diálogo entre jovens, gestores e interessados na temática. A proposta é pontuar que o potencial participativo dos jovens pode ultrapassar as fronteiras do digital e representar ações concretas e de contribuição para a sociedade.

**Palavras-chave:** juventude; cidadania; protagonismo; participação; educação

### Introdução

Falar de e para juventude brasileira é propor um diálogo sobre e com mais de 66.500 milhões de jovens de 15 a 29 anos<sup>5</sup> (IBGE, 2011). É compreender que os adolescentes são as pessoas com 12 a 18 anos de idade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1991) e que os jovens têm entre 15 a 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013a). Mais que lidar com índices, nomenclaturas e faixas etárias, além das questões legais, de direitos e deveres, é pensar na atuação desses cidadãos em espaços

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Docente da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp em Bauru. E-mail: maxvicente@faac.unesp.br

<sup>3</sup> Aluna regular do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp em Bauru. Professora da Universidade Sagrado Coração (USC). E-mail: mayrajornal@gmail.com

<sup>4</sup> Aluno regular do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp em Bauru. E-mail: vmcarrasco@hotmail.com

<sup>5</sup> Os dados apresentados não incluíram a faixa etária dos 12 a 14 anos, uma vez que os indicadores do IBGE (2011) trazem números referentes à população de 10 a 14 anos, correspondendo a 17.192 milhões de pessoas. Tendo em vista não ser possível ter em mãos a precisão do dado que contempla a faixa etária em estudo neste trabalho, optamos por desconsiderar esse número na somatória apresentada. Vale ressaltar que a análise do IBGE apresenta a divisão por faixas etárias, a saber: 15 a 19 anos (17.192 milhões de pessoas); 20 a 24 anos (16.027 milhões de pessoas); e, 25 a 29 anos (16.292 milhões de pessoas).

públicos, que na contemporaneidade se colocam em ambientes *online* e *offline*. A partir desse papel social, é que reside a proposta deste trabalho.

Considerando a autonomia inerente a adolescentes e jovens, reconhecer o potencial desses cidadãos é garantir-lhes espaços para a valorização de sua participação a fim de que suas vozes sejam ouvidas, seus interesses representados e suas demandas atendidas desde que se respeitem a questão central da cidadania: “de que modo os cidadãos se fazem visíveis no espaço mediático, de analisar quais são as representações que os meios constroem da participação social das pessoas e como se auto-representam nessa nova maneira de exercitar sua participação na regulamentação social” (VICENTE, 2009, p. 77).

Ao entender, portanto, a mídia digital, compreendo sites, portais e redes sociais digitais, como um desses espaços de representação e manifestação da juventude, nossa proposta de análise é mostrar como os espaços comunicacionais e suas ferramentas são utilizadas pelos jovens ou, ao menos, favorecem sua participação cidadã. O norte deste estudo é o exemplo da cidadã Isadora Faber que aos 13 anos se manifestou em prol da qualidade da educação na rede pública de ensino em Florianópolis em uma página no *Facebook* e conquistou adeptos (leia-se curtidas, repercussão nas mídias tradicionais e em eventos no Brasil e no exterior) e também desafetos, como a Secretaria Municipal de Educação, ao sair das postagens virtuais para ações concretas em sua escola e conseqüentemente em escolas pelo País afora, como veremos mais adiante.

Nessa perspectiva, pretende-se situar o caso do “Diário de Classe” de Isadora como um exemplo de protagonismo, de cidadania em prol da educação e de uma juventude. Em paralelo, apresentamos a proposta do Observatório Participativo da Juventude – o Participatório – que, em tese, visa exatamente ser um espaço de expressividade dessa mesma juventude de Isadora, adepta do ambiente digital e aberta ao diálogo e às trocas para uma intervenção social. Acredita-se que enquanto uma política pública, assim como as leis que regem direitos e diretrizes para adolescentes e jovens, o Participatório seja um alicerce para a valorização juvenil e de seu protagonismo.

Com os apontamentos, resultantes do debate aqui iniciado, pretende-se articular reflexões, longe de esgotar a temática, a fim de apresentar um contexto emergente para a juventude conectada e até mesmo questionamentos acerca de um exercício de cidadania que pode ter o jovem como um agente social crítico, participativo e eficaz.

## Quem é e o que faz Isadora Faber?

“Eu Isadora Faber, estou fazendo essa página sozinha, para mostrar a verdade sobre as escolas públicas. Quero melhor não só pra mim, mas pra todos.” Esse trecho foi retirado da página do *Facebook*, na qual a adolescente, desde 11 de julho de 2012, iniciou suas atividades *online* para mostrar a situação de sua escola, a “Escola Básica Municipal Maria Tomázia Coelho”, na qual estudou durante todo o Ensino Fundamental em Florianópolis, no estado de Santa Catarina.



Figura 1 – Página do “Diário de Classe” no *Facebook*

Nos primeiros meses com a página no ar, com o apoio de uma colega também de 13 anos, a garota registrou em fotos e vídeos como estava a infraestrutura da escola e o comportamento de alunos e professores durante aulas, além de fazer postagens reivindicando as melhorias e questionando como era investido o dinheiro que a Secretaria Municipal e o governo estadual destinavam à escola pública. De 11 de julho a 26 de agosto de 2012, a página conquistou mais de 1.500 seguidores, que interagiam com os conteúdos, curtindo e/ou comentando. Essa repercussão *online* teve impactos no real, visto que algumas melhorias já estavam em implantação como troca de maçanetas e conserto de ventiladores.

O “Diário de Classe” viralizou e a mídia local, seguida pela nacional e até internacional, destacou o caso da Isadora como entrevistas com a menina e seus pais. Ao comentarem que havia professores, alunos e a direção da escola incomodados com as postagens, a repercussão aumentou, assim como o apoio País afora. “No final da noite [27 de agosto de 2015], mais de 35 mil pessoas já tinham curtido a página, por causa de tanta divulgação feita pelos jornalistas” (FABER, 2014, p. 81). Essa exposição fez com que a Secretaria de Educação de Florianópolis se manifestasse e assumisse providências para

resolver os problemas da escola de Isadora. Segundo nota da assessoria de imprensa, a secretaria defende a liberdade de expressão e tem como “missão promover educação de qualidade que contribua para o exercício pleno da cidadania, o município proporciona o estabelecimento de relações democráticas e participativas. [...] Os alunos têm que saber que a participação deles é fundamental para preservar um bem público” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2012 apud FABER, 2014, p. 85).

Enquanto um espaço público educativo, é fundamental que haja esse reconhecimento e conseqüentemente o incentivo a políticas públicas. No entanto, o caso de Isadora continuou e mais denúncias foram feitas pela adolescente, destacando seu protagonismo incansável para resolver questões como: por que a escola não tinha um Conselho de Pais e por isso não recebia uma verba maior do governo? Além disso, a jovem incentivou outros adolescentes a fazerem um diário sobre suas escolas e se tornou palestrante em eventos no Brasil para contar sua experiência em prol da educação.

Assim como está no discurso da Secretaria de Educação, os jornalistas também reverberaram o exercício de cidadania promovido por Isadora. Uma das manchetes ressalta “Pequena grande cidadã” e no exterior “Brazil’s school flaws highlighted by citizen activism”<sup>6</sup>. Os pais da garota também destacam seu papel social e destacam que “ela não é cordeirinho, ela pensa, questiona e pergunta sim senhor. Ensino a todas as minhas filhas que liberdade de expressão é fundamental. Quem pensa questiona, e se não se convence, questiona novamente, não sendo suficiente, reivindicam seus direitos” (MEL FABER, 2012 apud FABER, 2014, p. 130). Vale pontuar que os pais foram criticados e até mesmo chegou-se a cogitar que eles eram os autores das postagens e que manipulavam a filha para terem destaque na sociedade e se beneficiarem do que ela estava conquistando, como cursos de idiomas e viagens para participar de eventos e programas de televisão.

Considerando a autonomia com que Isadora lutou pelas melhorias, é inegável que muitas mudanças só foram possíveis, em tão curto período de tempo, devido ao fato da visibilidade conquistada no universo *online*. Porém, a garota saiu da página do *Facebook* e debateu junto a diretores, professores, pais. Conseguiu modificar uma realidade ruim da escola local e suscitou práticas semelhantes que também redundaram em lutas pela educação. Um exemplo são as iniciativas que ela atualmente coordena *online* e *offline*. O “Diário de Classe” continua sendo atualizado. Em 20 de junho de 2013, Isadora inaugurou sua ONG para ampliar trabalhos na área educacional.

---

<sup>6</sup> Traduzindo: “Falhas escolares do Brasil destacadas pelo ativismo cidadão”. Publicação do Jornal *International Student Magazine* na Irlanda.



Figura 2 – *Homepage* da ONG Isadora Faber

Recentemente, visando à defesa da educação como um direito de todos, foi inaugurado o site “Diário das escolas” para que “você que também se sente indignado com o atual panorama da educação brasileira tenha a oportunidade de se manifestar e denunciar o descaso com nossas escolas, sejam elas municipais, estaduais, federais ou privadas” (FABER, 2015).



Figura 3 – *Homepage* “Diário de escolas”

Tanto o trabalho da ONG como o “Diário das escolas”<sup>7</sup> não visam substituir a atuação do poder público e órgãos da educação competentes. Esses exemplos dialogam com nossa proposta de apresentar como a participação jovem pode representar um impacto junto à sociedade, mesmo que seja apenas como um incentivo ao debate. Debate este já sabido pela Secretaria Nacional de Juventude?

<sup>7</sup> Não é objetivo deste trabalho apresentar uma análise das ações da Ong Isadora Faber nem da recém-iniciativa do “Diário das escolas”. Mas pontuá-las como exemplo de um exercício *a priori* com motivos cidadãos. Em pesquisas futuras, pretende-se aprofundar esse debate com teoria e metodologia pertinentes à problemática.

## A iniciativa do Participatório

Segundo o próprio *site*<sup>8</sup>, o Observatório Participativo da Juventude – Participatório, vinculado à Secretaria Nacional de Juventude, é um espaço virtual interativo voltado à produção do conhecimento sobre/para a juventude brasileira, com participação e mobilização social. Criado em 05 de agosto de 2013, o projeto é caracterizado como “um híbrido entre o formal da academia e a fluidez das redes”. O nome foi escolhido por mesclar as diretrizes principais do projeto: **participação social** e **observatório**.



Figura 4 – Homepage do Observatório Participativo da Juventude

Inspirado nas redes sociais, o Participatório pretende promover espaços de participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude e correlatos. Além disso, sua proposta envolve a integração com as redes sociais digitais e *blogs*, de forma que os diálogos que estão ocorrendo nesses outros espaços possam alimentá-lo e vice-versa. Dessa maneira, ele foi “concebido”, em tese, para “alargar os canais de comunicação e mobilização, com foco na ampliação da capacidade de articular o conjunto de ferramentas que viabilizam e potencializa o diálogo com os movimentos sociais e a sociedade, as relações interministeriais, parlamentares e com outras esferas de governo” (BRASIL, 2015b).

São objetivos do Participatório, segundo o texto oficial:

- a) Produzir conhecimento em rede  
Ambiente para construção e produção do conhecimento em permanente processo de elaboração. Um espaço de articulação de saberes envolvendo a juventude, instituições de pesquisas, observatórios e grupos de pesquisa, gestores, ativistas, estudiosos, no Brasil e no exterior, ligados a questões, dilemas e políticas públicas de juventude.

<sup>8</sup> O Observatório Participativo da Juventude – Participatório está inserido no Portal da Juventude no endereço: <http://participatorio.juventude.gov.br>



b) Promover a participação em ambientes virtuais

Integrado à estratégia de participação social como método de governo, o Participatório, além de promover a construção do conhecimento sobre a Juventude brasileira, é um ambiente de comunicação entre pessoas. Um espaço para o diálogo, o debate e a interação de jovens, gestores, pesquisadores e demais formuladores das políticas de juventude.

c) Mobilizar e disputar valores da juventude

Espaço para disseminação de campanhas com relevância e potencialidades de absorção de conteúdo e valores relacionados aos temas que já estejam circulando pelas redes e ambientes sobre juventude. O espaço virtual tem uma articulação entre o debate e a mobilização presencial, ampliando e potencializando: valores, debates, eventos, atividades, que a Secretaria e seus parceiros venham a realizar. Um debate pode ser transmitido ao vivo pela web, provocando a repercussão nas mídias sociais. (BRASIL, 2015b).

A proposta prevê a participação de jovens, redes, coletivos, movimentos sociais, gestores, pesquisadores, parlamentares, todos que queiram contribuir e integrar-se às discussões propostas. O texto da portaria n. 42 (02/08/2013), que instituiu o Observatório, destaca que o que for debatido poderá auxiliar, por exemplo, para o aperfeiçoamento ou a criação de políticas públicas, legislação, produção de conhecimentos e outras questões relevantes para a juventude brasileira. Ainda segundo a portaria, os recursos humanos, tecnológicos, logísticos e orçamentários para a implantação, manutenção e operacionalização do Participatório serão disponibilizados pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (BRASIL, 2013c). Nesse sentido, o Governo brasileiro volta parte de suas ações para a juventude<sup>9</sup>, considerando que “o segmento juvenil é estratégico para o desenvolvimento nacional e para a construção de políticas públicas que assegurem a autonomia e o direito dos nossos jovens” (BRASIL, 2011).

Com essa proposta participativa, na plataforma, oferecem-se recursos online para fomentar a comunicação e a interação entre os atores sociais jovens ou não que têm como causa a juventude. Entre os conteúdos disponíveis no Participatório, estão:

**Boletins Temáticos:** boletins bimestrais, produzidos em parceria com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), com análise de dados sobre temas específicos que tem impacto sobre a juventude (educação, trabalho, cultura, saúde, dentre outros).

---

<sup>9</sup> Vale ressaltar ainda como iniciativa do Governo a realização das Conferências da Juventude, em nível territorial, municipal, estadual e nacional. Em 2008 e 2011, foram realizadas as primeiras edições da Conferência. A 3ª está em andamento desde maio deste ano com o objetivo de ser “um amplo processo de debate e participação sobre o que a juventude quer para o Brasil” (BRASIL, 2015). Embora reconheçamos o potencial das conferências para a agenda jovem do país e até mesmo para o que se defende neste trabalho, não dirigimos nossa análise para as conquistas e os limites de tais debates. Temática que pode ser contemplada em estudos futuros.

**Revista Eletrônica Juventude e Políticas Públicas:** revista eletrônica técnico-científica com seleção pública de trabalhos, de tiragem semestral.

**Biblioteca Digital:** reúne em um único local virtual a produção bibliográfica da SNJ, do CONJUVE e também de repositórios de Universidades sobre juventude. Desenvolvida em Dspace.

**Centro de Documentação e Pesquisa sobre Juventude e Políticas Públicas (CEDOC-PPJ):** Espaço de referência para documentação do acervo da SNJ e do CONJUVE, aberto à visitação do público. Também pode ser acessado virtualmente, por meio de nossa Biblioteca Digital.

**Rede de Pesquisadores de Juventude:** espaço para divulgação sobre pesquisas em desenvolvimento e articulação de pesquisadores, intuições, observatórios que trabalham com as temáticas juventude e políticas públicas.

**Dados e Indicadores:** Informação pública para pesquisa com interface para gerar gráficos e mapas de forma fácil. (BRASIL, 2015b).

Esses conteúdos visam fornecer informações atualizadas e contextualizadas sobre a juventude brasileira. O portal conta com 146 participantes e 101 pesquisadores na Rede de Pesquisadores de Juventude. Já a página no *Facebook* tem 6.473 curtidas<sup>10</sup>. No entanto, uma observação empírica mostra que o portal retirou espaços existentes no menu original, em 2013, como atividades, comunidades e *blog*, os quais continham manifestações de jovens sobre temáticas de seu interesse, conforme apontam análises de Luvizotto, Rothberg e Vanzini (2014) e Carrasco (2014). Na rede social digital, observa-se uma atualização e uma participação mais ativa. Recentemente, o debate sobre a redução da maioridade penal contou com postagens e até uma campanha com a *hashtag* “#ReduçãoNãoÉSolução!”.



Figura 5 – Facebook do Observatório Participativo da Juventude

Além disso, um dos estudos citados acima aponta que o portal surge como um outro espaço para a juventude que foi às ruas em junho de 2013, sistematizado pelo poder público.

<sup>10</sup> Dados retirados em consulta no dia 14 de julho de 2015.



A comunicação pública digital exerceria o papel de catalisar e organizar a expressão política juvenil, afastando assim o risco de manifestações não submissas, por meio da oferta de canais alegadamente permanentes e confiáveis [...] Ou seja, ao propor um método supostamente organizado de canalizar a participação política e acolher o desejo de influenciar os rumos das políticas públicas que importam aos jovens, o Participatório poderia ajudar a esfriar a insatisfação que tomou as ruas. (LUVIZOTTO; ROTHBERG; VANZINI, 2014, p. 229).

Nessa perspectiva, o Participatório possibilitaria uma manifestação dos jovens sob a tutela do Estado, o que a nosso ver, poderia impactar na livre expressividade e até mesmo no direito à liberdade de expressão e acesso à informação. Embora a proposta seja possibilitar o acesso a informações pertinentes aos jovens e propiciar canais informativos e dialógicos, tal juventude poderia se circundar apenas nesses meios e perder o espaços das ruas e das demais mídias sociais, como a atividade provocativa do “Diário de Classe” de Isadora Faber. Considerando esses apontamentos é que se torna legítimo indagar como validar um protagonismo cidadão jovem em meio ao acesso, produção e difusão de informações em plataformas virtuais *online* e também nos espaços públicos *offline*.

### **Participação, cidadania e juventude**

A Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira 2013 aponta os resultados de um estudo realizado entre e abril e maio de 2013, por duas consultorias privadas contratadas pela Secretaria-Geral da Presidência, ouvindo 3.300 brasileiros com idade entre 15 e 29 anos, em 187 municípios em todos as unidades da federação. O objetivo dessa pesquisa era “conhecer suas [dos jovens] realidades, questões, opiniões e demandas, além dos dados estatísticos que revelam o quadro geral da população juvenil no Brasil” (BRASIL, 2013d).

Os dados obtidos apontam que pouco mais de 54% dos jovens considera muito importante a "percepção do grau de importância da política". Já em relação à participação política, a maioria dos entrevistados respondeu "não gosto de política, não me envolvo" (38%), o que reforça certa apatia com relação ao tema. O levantamento ainda mostrou que 67% dos entrevistados viam a corrupção como um dos problemas que mais incomodam no Brasil, seguido pelo poder dos traficantes, mencionado por 46% dos entrevistados. 43% dos jovens apontaram a violência e a segurança como problemas que mais os preocupam. Mais de 90% deles também citaram saúde, educação, desemprego e respeito aos direitos humanos como desafios que precisam ser enfrentados no País. A necessidade de melhorar a

saúde foi destacada por 99% dos jovens ouvidos e a educação ficou em segundo lugar, apontada por 98% dos entrevistados.

Com relação às impressões sobre a administração pública, 53% dos entrevistados afirmaram que os governos no Brasil conhecem as necessidades dos jovens, mas não fazem nada a respeito. Outro dado interessante é que 44% dos entrevistados sugeriram a criação de políticas de apoio à juventude. Além disso, 91% dos jovens entrevistados acreditam no poder que têm de mudar o mundo e 21% julgam positiva a liberdade de expressão no Brasil. A respeito do engajamento *online*, 34% acreditam que podem melhorar o Brasil a partir da atuação na Internet, opinando sobre assuntos importantes e/ou cobrando os políticos. Para garantir, então, esse espaço de atuação, articulado com a pretensão a políticas públicas de juventude, o Participatório está em atividade.

No entanto, observa-se que não é estar em atividade que implica uma participação e uma ação efetiva dos e para os jovens. Os números atuais apresentados pelo portal não apontam um engajamento e um debate efetivos, apesar de toda a promessa e potencial. É provável que tenha havido um “esfriamento” nessas questões após as manifestações de 2013 e a atuação significativa dos jovens, uma vez que 53% dos que participaram da manifestação em São Paulo no dia 17 de junho tinham menos de 25 anos (SECCO, 2013). Na época, delegou-se aos jovens a bandeira das causas em prol do Brasil, indo do transporte público gratuito à defesa dos direitos de igualdade social.

Nessa mesma defesa, desde 2012, Isadora busca uma melhora na educação do País. O questionamento dessa juventude ativa é semelhante. É uma luta por um Brasil de qualidade, de justiça e igualdade. Um Brasil cidadão.

Reservar mais verbas para saúde, educação ou habitação, apesar de ser uma questão política, pode variar dependendo do grau de mobilização social. A mobilização e a luta podem alterar a dimensão de um desses direitos trazendo mais benefícios para a sociedade o que não deixa de ser um ganho de cidadania. [...] sem essa participação [a popular], as necessidades e expectativas humanas se satisfarão de um modo incompleto beneficiando mais um grupo do que outro. (VICENTE, 2009, p. 75).

Em prol dessa cidadania, reconhecer o protagonismo dos jovens em manifestações de cunho democrático como fez Isadora é mais que urgente, pois, como afirma Gohn (2011, p. 346), “lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania. O tema dos direitos é fundamental, porque dá universalidades às questões

sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório”. Essa universalidade e emancipação são instrumentos para e da democracia.

Na sociedade brasileira democrática, tais direitos precisam estar assegurados e, quando não, é preciso que haja ações, de movimentos sociais organizados ou não, para garanti-los. Independentemente de quem protagoniza essas ações, o crucial está no processo e na contribuição das mesmas. Esse processo pode contar ainda com as ferramentas de comunicação enquanto canais de produção e difusão de conteúdos, especialmente quando colocam os cidadãos para se expressarem por si, visto que como já ressaltava Freire (2002) ninguém deve assumir a voz do outro.

Como uma porta-voz de seus próprios direitos, Isadora Faber se apropriou de uma rede social digital e construiu discursos e os propagou. As postagens no “Diário de Classe” não eram mero denunciamento, eram reivindicações e depois se tornaram ações concretas, sem ignorar os desabafos e as provas policiais devido às pressões e opressões que a adolescente sofreu. Questiona-se recorrentemente o potencial da comunicação na mídia digital por causa de seu alcance, sua instantaneidade e credibilidade. Isadora provou que é possível utilizar - e bem - um meio de Comunicação e provocar transformações no “mundo real”.

A partir de uma migração do *online* para o *offline* e até mesmo vice-versa, como propôs a Secretaria Nacional da Juventude com o Participatório, o importante é que a ação seja concreta e efetiva, que seus impactos sejam mensuráveis, como a reforma da quadra da escola de Isadora. Mesmo que os resultados sejam menores que o esperado já representam um incentivo à participação porque se reconhece o valor e o potencial de ações de mobilização e expressividade, ou melhor, da liberdade de expressão.

O direito à participação implica aceitar o desafio de criticar e transformar os obstáculos culturais, políticos, econômicos ou sociais, para que a participação tenha o sentido moral de direito ao desenvolvimento humano. [...] Pressupõe o desenvolvimento da capacidade de dialogar, comunicar e incidir tanto no âmbito político como em todas as esferas da vida. (KLAINER; LÓPEZ; PIERA, 2004, p. 161).

Desse modo, articular juventude, cidadania e participação perpassa ainda a educação porque mesmo em ambientes não formais de ensino é possível desenvolver as habilidades e as competências para se compreender seu papel social e sua interpretação inteligente a respeito das informações disponíveis no mundo social (BELLUZZO, 2007). Somado a isso, os canais de acesso, produção e difusão dessas informações precisam ser apropriados, em

um processo de educação para mídia a fim de garantir a leitura crítica dos meios de comunicação, já que, conforme aponta Tapscott (1999), a mídia digital pede pela participação ativa, informada e inteligente do usuário.

Tendo em vista os dados do perfil da juventude brasileira (BRASIL, 2013d), percebe-se a emergência da utilização da Internet como um espaço participativo para questões sociais, o que pretende ser o Participatório. Isadora não contou *a priori* com o apoio público e sequer político para sua demanda participativa e reivindicatória. Há, então, um descompasso entre possibilidades, interesses e demandas? Pode-se dizer que sim. Os jovens buscam participar e a Internet seria um desses canais. Os órgãos públicos até já demonstram identificar esse perfil e a necessidade informacional e comunicacional dos jovens. Não há ainda um diálogo efetivo entre esses jovens, os gestores públicos e quem mais se interessa pela questão da juventude. Há diálogos pontuais como o caso de Isadora. Ela ultrapassou as fronteiras do *Facebook* e seu “Diário de Classe” se expandiu, não apenas em uma organização não-governamental, mas na melhoria de uma escola pública e de outras que se viram na necessidade (por que não com a pressão estudantil) de assegurar uma educação de mais qualidade. Uma conquista cidadã dentre muitas ainda possíveis.

### **Considerações**

Debater o potencial da juventude brasileira é um desafio e também uma tarefa de grande complexidade devido ao perfil dos indivíduos que estão entre 12 e 29 anos de idade, em um País marcado por nuances democráticas mas longe ainda de garantir direitos e deveres substanciais a todos os segmentos sociais. Entre esses direitos, adotamos como foco o acesso às informações e a liberdade de expressão, os quais possibilitam, a nosso ver, uma maior participação dos jovens em questões referentes às suas demandas, como a educação de qualidade, em especial no sistema público.

Além dessa dimensão, torna-se imprescindível nesse País democrático a existência de instrumentos de cidadania que assegurem essa participação dos atores sociais, dentre os quais está uma juventude que se torna mais crítica e ativa, principalmente devido às apropriações dos meios de comunicação, como a mídia digital e suas ferramentas interativas. Ao fomentar a interação e o diálogo entre esses atores, seria possível garantir mais espaços de expressividade que se transformem em palco de discussões e ações concretas.

Em meio a políticas públicas, propostas por uma Secretaria Nacional de Juventude, está em discurso a preocupação com as demandas dos jovens e com a sua participação em um processo democrático de construção de políticas para essa mesma juventude. Um dos mecanismos foi apresentado aqui com o Observatório Participativo da Juventude – o Participatório –, cuja nomenclatura já denota sua proposta. No entanto, ainda não se consolidaram ações efetivas sobre e com a juventude. A elaboração de um estatuto, a realização de pesquisa sobre o perfil da juventude, a consulta às opiniões dos jovens são, sim, ações positivas, porém ainda distante de valorizar uma juventude cidadã, atuante por si, sem qualquer obstáculos a sua manifestação.

Diante de um ato corajoso, sem grandes pretensões iniciais, a iniciativa pontual de Isadora Faber com o “Diário de Classe” mostra que é possível participar da realidade de uma escola, de uma cidade, de um País em prol de uma demanda coletiva, a educação. Essa ação de Isadora é, a nosso ver, uma expressão de cidadania. É demonstrar que é possível se apropriar do *online* e repercutir *on* e *offline*. É incentivar mais ações de jovens que lutam por interesses que não são individuais, são coletivos. É provocar políticas públicas. É um verdadeiro exercício de educação libertária e de ação-reflexão-ação (FREIRE, 2002). Esse é apenas um exemplo, mas denota um potencial. Exige que mais “Participatórios” sejam criados e principalmente sejam transparentes e efetivos para uma juventude inquieta, sonhadora e cidadã.

## Referências

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Construção de mapas** desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **3ª Conferência Nacional da Juventude**: as várias formas de mudar o Brasil. 2015. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/profile/conferencia>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília. 2013a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Participatório**: Observatório Participativo da Juventude. 2013b. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/participatorio/>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Portaria 42, de 2 de agosto de 2013**. 2013c. Disponível em: <http://sintse.tse.jus.br/documentos/2013/Ago/5/portaria-no-42-de-2-de-agosto-de-2013-institui-a>. Acesso em: 30 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. BRASIL. **Agenda Juventude Brasil** - Pesquisa Nacional sobre o Perfil e o Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. 2013d. Disponível em: < <http://m.biblioteca.juventude.gov.br/xmlui/handle/11322/188>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Conferência Nacional de Juventude**. 2011. Disponível em: < <http://antigo.juventude.gov.br/conferencia-nacional>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Decreto- Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Coordenação de Publicações, 1991.

CARRASCO, Vinicius. **Protestos, governo e opinião pública** - um estudo analítico da resposta do governo federal brasileiro às manifestações de junho de 2014. 177 f. 2014. Monografia (Especialização em Comunicação nas Organizações) – Universidade Sagrado Coração, USC, Bauru, 2014.

FABER, Isadora. **Diário de classe – a verdade**: a história da menina que está ajudando a mudar a educação do Brasil. Belo Horizonte: Gutenberg, 2014.

\_\_\_\_\_. **Diário das escolas**. 2015. Disponível em: < <http://www.diariodasescolas.com.br/>>. Acesso em: 14 jul 2015.

\_\_\_\_\_. **ONG Isadora Faber**. 2013. Disponível em: <ongisadorafaber>. Acesso em: 14 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Diário de classe – a verdade**. 2012. Disponível em: < <http://www.facebook.com/DiariodeClasseSC>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2011**. 2011. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

KLAINER, Rosa; LÓPEZ, Daniel; PIERA, Virginia. **Diálogos com crianças e jovens**: construindo projetos educativos em e para os Direitos Humanos. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus; ROTHBERG, Danilo; VANZINI, Kátia Viviane da Silva. As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública: o potencial do Observatório Participativo da Juventude. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 227-240, maio 2014.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: ROLNIK, Raquel; et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 71-78.

TAPSCOTT, Dan. **Geração Digital**: a crescente e irreversível ascensão da Geração Net. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1999.

VICENTE, Maximiliano Martin. Comunicação e cidadania: tensões e complementariedades. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Comunicação e cidadania**. Bauru: EDUSC, 2009, p. 71-88.